

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 26 – Pensamento social latinoamericano

Pátria e nação: Nuestra América de José Martí

Gislania de Freitas Silva (UFC)

PÁTRIA E NAÇÃO: NUESTRA AMERICA DE JOSÉ MARTÍ

RESUMO

A singularidade do pensamento de José Martí pode ser destacada em seu “conceito-ideal” Nuestra America. Sua perspectiva analítica era, a um só tempo, um ideário político que orientou sua luta pela independência de Cuba e pela emancipação da América Latina. Seu nacionalismo tomou, cada vez mais, proporções continentais e seu independentismo revestiu-se de anti-imperialismo em relação a seu vizinho do Norte. Conhecer os escritos martianos é de suma importância para a compreensão do pensamento social latino-americano.

Palavras – chave: *Nuestra America. Americanismo. Nação. Internacionalismo.*

1. INTRODUÇÃO

José Julián Martí Pérez, *el Maestro, el Delegado*, foi um grande pensador cubano que via na independência de sua terra natal o começo da verdadeira independência continental. Preso político e exilado desde os 17 anos, passou a maior parte da vida longe de sua amada Cuba. No entanto, a distância não arrefeceu o ânimo de seu coração e a causa independentista foi a luta de sua existência.

Cuba livre serviria a dois propósitos imediatos. Primeiro, ser um protótipo para as demais repúblicas latinas, pois nela se constituiria um governo original, autóctone, com raízes fincadas no solo americano e marcado por um processo histórico singular. Segundo, conter a marcha imperialista estadunidense, pois o status de colônia favoreceria suas ações no continente pela porta antilhana. Da aguda percepção da política exterior norte-americana, com parlamentares e periódicos disseminando ideias do quão natural seria estender sua atuação ao Sul do continente, lugar de mestiços degenerados. Martí idealizou um plano ousado de defesa, demarcatório de uma identidade continental diversa. Os

povos novos, constitutivos da Hispano América, são natural, essencial e culturalmente distintos.

A incapacidade não está no país nascente, que pede formas novas e grandeza útil, e sim naqueles que querem reger povos novos, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos e dezenove séculos de monarquia na França. (MARTÍ, 2006, p. 195)

O movimento nacional-libertador visava não somente a independência de Cuba e Porto Rico – *islas gemelas* - mas também advogava a transformação da realidade sócio-econômica das demais repúblicas latinas, que ainda sofriam com as mazelas herdadas do colonialismo espanhol. A libertação das Antilhas do jugo colonial era um primeiro passo em direção à segunda independência continental, agora do imperialismo estadunidense.

O presente trabalho visa discutir a obra de José Martí em dois pontos principais: sua concepção de nação e o internacionalismo constituinte de Nuestra America. Importa mostrar aos colegas acadêmicos a singularidade da obra do eminente pesquisador cubano e seu lugar no pensamento social latino-americano.

2. NAVEGANDO EM ÁGUAS TURBULENTAS: A NAÇÃO E SEUS SIGNIFICADOS

Os estudos acerca da nação e de seus correlatos aparecem, ainda em nossos dias, algo nebuloso. Longe de haver consenso analítico, seus teóricos mantêm uma “distância comedida” uns dos outros. Benedict Anderson (2008) nos apresenta três paradoxos do fenômeno que contribuem, sobremaneira, para essa indefinição teórica. Primeiro, a modernidade objetiva das nações versus sua antiguidade subjetiva; segundo, o universalismo formal das nações versus os localismos de suas manifestações e, por último, o poder político nela investido em contraposição a carência teórico/filosófica em torno da problemática. Apresentaremos algumas abordagens teóricas que nos auxiliará

na elucidação de nosso objeto.

Fruto de discussões no âmbito do Observatório das Nacionalidades¹, entendo que a nação é uma organização política moderna, surgida na esteira da expansão do modo de produção capitalista que se caracterizava pelo predomínio de um sistema produtivo integrado em escala mundial. “Não por outra razão, as entidades conhecidas como organismos internacionais se empenham na construção e fortalecimento das nações: não haveria outra forma de condicionar ao capitalismo sociedades tão distintas” (DOMINGOS e MARTINS, 2006, p. 106). Não obstante, como sugere Anderson (2008), a nação é um artefato imaginado que se percebe limitada, soberana e ligada por fortes laços comunitários – independente de suas dimensões espaciais -, acolhedora ao mesmo tempo em que distingue “nós” dos “outros”. Dentro dela somos todos iguais.

A abordagem de Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* (2008), é original e coloca a questão do nacionalismo em novos termos. Em sua perspectiva antropológica, concebe o nacionalismo como um artefato cultural, não alinhando-o a ideologias, mas tratando-o como os conceitos de parentesco e religião, por exemplo. Para ele, esse é um fenômeno cultural surgido com o advento da modernidade e o Estado-nação é uma entidade política claramente distinta de formas anteriores de organização social. Depois de surgirem “espontaneamente”, a nacionalidade e o nacionalismo tornaram-se formas modulares “transplantados”, com graus de consciência diversos, de um lugar para outro. Artefato cultural, fruto de longo processo histórico, o nacionalismo atrelou-se, nos mais variados contextos, a ideologias políticas (ANDERSON, 2008, p 29).

Ainda segundo Anderson, os primeiros Estados nacionais, em sua concepção política moderna, a surgirem no cenário mundial, foram os novos Estados americanos. Esses foram os primeiros modelos reais do que deveriam ser “esses Estados”, e foram transplantados – com suas variantes locais – para o resto do globo. Para ele, é impossível explicá-los a partir do modelo

¹ Grupo de pesquisa interinstitucional com sede na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

eurocêntrico. O autor apresenta diversos elementos que contribuíram para a formação dessas *comunidades imaginadas* nas Américas. Os interesses econômicos bem como as ideias liberais do Iluminismo concorreram para a composição dessas comunidades. No entanto, aponta como fundamentais para criar “esse tipo específico de comunidade” a função dos funcionários peregrinos e os impressores locais crioulos.

O pesquisador norte-americano, *Craig Calhoun*, parte da premissa de que o nacionalismo é uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno. As nações não existem objetivamente antes de existirem em termos discursivos (CALHOUN, 2008, p. 37). Argumenta que o nacionalismo não está prestes a desaparecer, como muitos gostam de afirmar, e que o mesmo organiza o sentido que as pessoas têm de seu lugar no mundo. Nesse sentido, *Nuestra América* aparece como um discurso identitário de defesa ante as calúnias e difamações dirigidas ao povo hispano-americano, bem como uma estratégia política de defesa anti-imperialista e antianexionista. Ela não se reveste de um discurso homogeneizante, ao contrário, sua defesa gira em torno da livre expressão das pátrias latinas e, em contexto mais amplo, a expressão das pátrias que compõem a humanidade. Martí tinha consciência das diferenças existentes entre as pátrias, no entanto, ele não as pensa em termos hierárquicos (CARVALHO, 2003). Foge assim aos localismos que podem gerar posturas chauvinistas, violentas e colonizadoras. Buscava criar - “fundar” - um espaço para a discussão e propagação de ideias políticas que contemplassem a realidade política das novas repúblicas americanas. Criar uma nova forma de articulação e ação política que emergisse desse “povo novo” e o guiasse.

Para o pensador alemão *Otto Bauer*, a nação só pode ser abordada pelo conceito de caráter nacional. Para ele, a nação é uma *comunidade de destino*, nos quais passados comuns e uma “cultura nacional” compartilhada “acendem” a chama da nacionalidade. Não obstante, esclarece que o caráter nacional não explica um modo de agir específico, mas revela traços comuns de determinada época, ou seja, ele é mutável. Para o autor, só faziam parte da nação, de fato, os indivíduos que tinha posse da cultura nacional. “O caráter humano nunca é explicado senão pelo destino humano; o caráter nacional nunca é nada além do

precipitado da história da nação” (BAUER, 2000, p. 49).

Martí era defensor de que jovens e crianças da Hispano América conhecessem a história das civilizações pré-colombianas. Não que desejasse romanticamente voltar a um passado original, mas para que, ao importar ideias, conhecimentos científicos e políticos alheios, tivéssemos a consciência necessária ao aplicarmos à nossa realidade sócio -histórica peculiar, “problemas nossos, soluções nossas”. Compreendo *Nuestra América* como uma comunidade de destino sociocultural historicamente construída.

Em *La edad de oro*, belíssimo periódico escrito por Martí para as crianças de nossa América, encontramos elementos delineadores da *comunidade imaginada* por nosso herói, significativos de seu olhar para a Hispano-América.

(...) El viajero hizo bien, porque todos los americanos deben querer a Bolívar como a um padre. A Bolívar, y a todos los que pelearon como él porque la América fuese del hombre americano. A todos: al héroe famoso, y al último soldado, que és um héroe desconocido. Hasta hermoso de cuerpo se vuelven los hombres que pelean por ver libre a sua pátria. (MARTI, 2005, p. 257) Grifo nosso.

Ernest Renan, um dos primeiros a tentar responder a pergunta: *O que é uma nação?*, rejeitava qualquer tipo de reducionismo, fosse ela biológica, geográfica, econômica ou linguística. Em sua argumentação, Renan refuta uma a uma as ideias correntes em sua época sobre as nacionalidades, mostrando como é insuficiente tentar explicá-las sob os conceitos de raça, bem como é insuficiente uma explicação filológica, religiosa e mesmo limites geográficos que, como ele demonstra, são estabelecidos arbitrariamente. Dessa forma, contrapõe essa entidade moderna às antigas tribos e cidades-estados, para elucidar as peculiaridades e formação.

Tom Nairn (2000) nos esclarece que o conceito de internacionalismo apresentava-se como o reverso da moeda do nacionalismo. Faz uma distinção entre *internacionalismo* e *internacionalidade*, conceitos diversos mais corriqueiramente assemelhados. A internacionalidade é fruto direto do capitalismo globalizado, onde as fronteiras nacionais não são respeitadas pelo capital e o fluxo de mercadorias ao redor do mundo é incessante. Sobre o internacionalismo, nos diz: “Nessa era de lutas imperialistas e nacionalistas, o

internacionalismo se manteve em funcionamento como ética, sobretudo através de uma única doutrina: a crença num veículo alternativo de desenvolvimento civilizado, nem imperialista nem nacionalista.” (NAINR, 2000, p.288). Para Nairn, o internacionalismo se configura no embate com o nacionalismo. No entanto, nos adverte: o internacionalismo é um componente do universo nacionalista.

Apesar do foco analítico de Nairn ser a história política da Europa, podemos trabalhar nessa perspectiva e avançar na compreensão de Nuestra América. O internacionalismo componente de nossa *comunidade imaginada*, se compõe no choque constante com os nacionalismo oriundos tanto dos Estados Unidos, corporificado em sua política externa agressiva e incorporado as suas pretensões imperialistas, quanto dos novos Estados hispano-americanos, percebido em sua “desunião”, incapazes de entender que, em se tratando de proteção e desenvolvimento, a união, de fato, nos daria a força necessária para nos erguermos no cenário internacional que se delineava. Martí alerta para o perigo do nacionalismo exarcebado, que se fecha em si mesmo. As nações, como partes constituintes do Universo devem crescer, ganhar forma e relevo no contato amistoso entre elas.

Cree el aldeano vanidoso que el mundo entero es sua aldea, y com tal que él quede de alcalde, o lo mortifique al rival que le quitó la novia, o le crezcan em la alcancía los ohorros, ya da por bueno la ordem universal, sin saber de los gigantes que llevan siete léguas em las botas y le pueden poner la bota encima, ni de la pelea de los cometas em el Cielo, que van por el aire dormidos engulhendo mundos. Lo que quede de aldea em América há de despertar. Estos tempos no son para acostarse com pañuelo a la cabeza, sino com las armas de almohada, como los varones de Juan de Castellanos: las armas del juicio, que vencen a las otras. Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedras. (MARTÍ, 2005, p. 31). Grifo nosso.

3. NUESTRA AMÉRICA E A EMANCIPIÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Os processos de formação dos Estados-nação nas Américas revestem-se de características diversas das “antigas” nações europeias. As nações americanas desafiam o paradigma europeu de nação por sua multiplicidade étnica e pelo sentimento nacionalista não ter gerado em seu seio conflitos violentos – entre as nações e dentro delas. De fato, as guerras independentistas

nas Américas giraram em torno de queixas contra a metrópole. Eram anticolonialistas e não se fundamentavam num etnonacionalismo. No entanto, apesar de não engendrar conflitos internacionais, a questão étnica foi marcadamente presente no cerne dessas jovens nações, com suas populações compostas, em sua maioria, por negros e indígenas, acrescido ao longo do século XIX e início do século XX por enorme contingente de imigrantes europeus. Essas minorias foram, durante muito tempo, rechaçadas e somente aos poucos foram incorporadas as comunidades nacionais (DOYLE, PAMPLONA, 2008).

Diferente dos processos de consolidação dos Estados-nação europeus, com ampla base popular, na América Latina ocorre o inverso. Com receio de sublevações populares, as elites crioulas mantiveram o grosso da população às margens do processo de independência e consolidação dos novos Estados (ANDERSON, 2008). Como sugere Ianni (1983), o Estado nacional na América Latina emergiu como núcleo de interesses da classe dominante. Para ele, as nações na América Latina estão organizadas pelos princípios de mercado. Nesse sentido, Ianni assevera:

Mas o nacionalismo das diversas categorias sociais não é o mesmo. Seria equívoco imaginar que o patriotismo do militar, o protecionismo do comerciante e industrial e o anti-imperialismo de setores populares expressam o mesmo nacionalismo. São várias e diversas as nações que estão em causa nas controvérsias nacionalistas. (IANNI, 1983, p.4)

Existia no Continente Americano, durante o século XIX e perdurando por longos decênios no século XX, duas visões antagônicas sobre o caráter e o futuro da América Hispânica. Logo após independência, os jovens Estados se viam as voltas com problemas internos, uma economia débil e os novos governos tinham dificuldades de manter a legitimidade que a coroa espanhola detinha. As primeiras ideias de unidade latinoamericana surgiram na esteira dos movimentos independentistas, tendo como aspirações iniciais a libertação do jugo colonial e o reconhecimento internacional para os novos Estados. Data de 1811 o primeiro tratado de cunho latinoamericanista, assinado em Bogotá. Diversos foram os tratados e confederações no sentido de uma união da

América Latina. O denominador comum a todas as iniciativas era a percepção da necessidade de proteção de todos os Estados da América Latina a invasões estrangeiras.

Num primeiro momento pensou-se mesmo numa unidade política entorno de um Estado, com poder centralizado – Grã Colômbia é um exemplo. No entanto, percebendo as dificuldades de tal empreitada política, os esforços giraram entorno da união de Estados independentes. Muitos fatores contribuíram para o malogro de todas as tentativas de adesão dos novos Estados, dentre os quais os fracos vínculos entre eles, herança da política imperial; a união feita do “alto” deixando a margem o grosso da população; a resistência das classes dominantes dirigentes, aferrados que estavam a seus privilégios e os litígios territoriais, presença constante na história do Continente.

Ao longo de sua história de colonização e dominação, a América Latina sofreu duros golpes, diferidos contra sua população, e longos séculos de espoliação de seus recursos naturais e humanos. O processo de independência dos países da América Hispânica é repleto de ambiguidades e contradições, mas é uma bela página do *livro do universo*. O interesse dos latifundiários e da burguesia mercantil, a divisão política acirrada após o movimento independentista e a dificuldade de granjear o reconhecimento internacional minavam, sobremaneira, as forças dos novos Estados. No entanto, a despeito das dificuldades, várias foram as tentativas de união para a proteção e fortalecimento mútuo.

Os novos Estados adentraram nas relações econômicas internacionais em uma situação subalterna, grave resquício da ação colonizadora de suas antigas metrópoles. Na divisão internacional do trabalho figuravam como provedores de gêneros agrícolas e minérios, tornando-os dependentes economicamente das potências capitalistas em avançado processo industrial. A dependência econômica favorecia a ingerência estrangeira em assuntos políticos e econômicos e dificultavam a execução de ações coletivas no intuito de lograr uma unidade latinoamericana de defesa e ajuda entre os Estados.

Los resortes financieros permitían a la diplomacia inglesa y norteamericana influir en la actividad política exterior de muchos países de la región y bloquear sus intentos de agruparse em alianza para defender sus intereses nacionales contra los atentados de las 'grandes potencias'. (GLINKIN, 1984, p. 36)

Nesse contexto, a política internacional estadunidense para seus vizinhos do Sul tornou-se mais clara. A Doutrina Monroe estabeleceu as diretrizes da política externa para a América Latina. Não obstante, a elite hispano-americana via com bons olhos a aproximação e aliança com o forte Estado. O atraso ideológico e as transplantações de ideias liberais dos círculos intelectuais europeus para uma realidade tão distinta turvavam a visão, e seu otimismo ante o progresso e a civilização encobria o perigo imperialista e as agressões a América Latina.

A Doutrina Monroe foi a pedra angular sob a qual se assentou a política denominada de Pan-americanismo. Divulgava-se que tal política visava a proteção e o desenvolvimento de todo o continente. No entanto, tal doutrina não possuía um caráter defensivo, ao contrário, era um ataque frontal não só aos países da Hispano-América, mas a todas as grandes potências que estavam, juntamente com os Estados Unidos, na desenfreada corrida imperialista.

Nesse sentido, Martí tenta alertar em *Nuestras tierras latinas*, o perigo e o desrespeito da política externa estadunidense para a América Latina.

Pues en Panamá, aunque con medidas y apariencias de servicio público, y orden de no hacer más que lo que fuere necesario - ¿no ha ido la marina americana más allá de la mera protección de su bandera, puesto que ha impedido con la imposición y la amenaza de la fuerza los actos de uno de los partidos beligerantes en el país, y ayuda con esta actitud y con sus propios buques las operaciones de guerra de otro de estos partidos? (...) Los Estados Unidos se han palpado los hombros y se los han hallado anchos. Por violencia confesada, nada tomarán. Por violencia oculta, acaso. Por lo menos, se acercarán hacia todo aquello que desean. Al Istmo lo desean. (MARTÍ, 2005, p.19)

Acerca da boa vontade dos Estados Unidos em ajudar os *hermanos*, Martí nos escreve, com espantosa lucidez, por ocasião da Conferência Internacional, sediada na cidade de Washington, em 1889:

(...) el paseo, que no es para decidir, sino para mostrar a los huéspedes la grandeza y esplendidez de las ciudades, y aquella parte de las industrias que se puede enseñar, a fin de que se les arraigue la convicción de que es de la conveniencia de sus pueblos comprar lo de éste y no de otros, aunque lo de éste sea más caro, sin ser en todo lo mejor, y aunque para comprar de él hayan de obligarse a no recibir ayuda ni aceptar tratos de ningún otro pueblo del mundo. (MARTÍ, 2005, p. 43.)

O Pan-americanismo é um desdobramento da Doutrina Monroe adequado às circunstâncias do imperialismo. As elites políticas e econômicas, favorecidas pela política externa imperialista/monopolista estadunidense se alinharam aos postulados por eles propostos. Como sintetiza o historiador russo A. Glinkin, “ (...) así pues, ya en el alba del panamericanismo tras su pomposa fachada se revelaban las contradicciones que dividían las dos Américas.” (GLINKIN, 1884, p.52). Nesse cenário, Martí levantou sua voz e lutou pela independência de Cuba e de Nuestra América.

3.1. “Un pueblo en esencia distinto”

José Martí nos apresenta um novo entendimento da realidade americana em sua interpretação peculiar do processo histórico do Continente. A análise martiana desafiou pensadores aclamados, como o escritor e ex-presidente argentino Domingo Faustino Sarmiento, pois, para o líder da independência cubana, o Norte não nos servia de modelo, ao contrário, os povos da Hispano-América deveriam resgatar o que tinha de original e autóctone, sua identidade forjada no embate violento de duas grandes culturas, a dos colonizadores e a dos colonizados.

Interrumpida por la conquista La obra natural y majestuosa de La civilización americana, se creó con el advenimiento de los europeos un pueblo extraño, no español, porque la savia nueva rechaza el cuerpo viejo; no indígena, porque se ha sufrido la injerencia de una civilización devastadora, dos palabras que, siendo un antagonismo, constituyen un proceso; se creó un pueblo mestizo en la forma, que con la reconquista de su libertad, desenvuelve y restaura su alma propia. (MARTÍ, 2005, p.8)

O conceito de pátria martiano é representativo, de certa forma, de uma ideia de fatalidade. Não era um simples amor a terra, mas rancor a todo aquele que a

oprime. Para ele, a pátria se definia em torno da unidade entre o passado comum (tradições), o presente vivido e compartilhado (costumes) e expectativas de um futuro comum (fins e esperanças) (CARVALHO, 2003). Embasado em critérios históricos e temporais, Martí fugia do padrão de sua época, onde a intelectualidade restringia a pátria a elementos tais como território, língua, etnia e religião. Nesse aspecto, Martí se aproxima do pensador francês Ernest Renan para quem a nação é uma família espiritual, com um passado de sacrifícios e glórias e, no presente, um desejo de seguir juntos.

Inicialmente, a ideia de pátria martiana foi marcada pelo colonialismo espanhol. Posteriormente, durante sua estadia em Nova York, ao perceber a política expansionista estadunidense, seu independentismo revestiu-se de anti-imperialismo. A partir dos anos 80, Martí manteve-se atento as estratégias e possíveis ações norte-americanas em relação à Hispano - América. Dessa forma, a identidade pátria se definia diante das ameaças do inimigo. Daí seu nacionalismo não poder ser compreendido sem seu caráter anticolonial e anti-imperialista. Seu ideal patriótico incorporava elementos de ordem moral, sobretudo o respeito e a fraternidade entre os integrantes. Todos os seres humanos têm um dever com a Humanidade, que trabalhem pela porção mais próxima: sua pátria.

Para Martí, a independência era mais que romper com os laços de dominação e a emancipação ultrapassava questões políticas. Assim, deveria haver uma expansão de consciência no sentido de criar uma pátria nova, pautada em novos valores de amizade e liberdade. Somente dessa maneira poderíamos romper com os velhos vícios coloniais. A partir dos escritos dos anos 90, o discurso independentista martiano ultrapassa a ilha de Cuba para compreender o conjunto de todas as repúblicas latinoamericanas. A ideia de pátria martiana inscreveu-se na coexistência entre orgulhos nacionais e utopias cosmopolitas (CARVALHO, 2003). Dessa forma, na obra martiana, o “nós” toma cada vez mais proporções continentais, uma vez que era necessária uma segunda independência da Hispano América, dessa vez, das pretensões expansionistas estadunidenses. Para ele, nenhuma pátria poderia se desenvolver sem levar em conta essa independência de espírito, incorporando

uma dimensão de ordem moral ao conceito.

Las puertas de cada nación deben estar abiertas a la atividade fecundante y legitima de todos los pueblos. Las manos de cada nación deben estar libres para desenvolver sin trabas el país, com arreglo a su naturaliza distintiva y a sus elementos propios. (MARTI, 2005, p. 149)

Á independência da ilha deveria seguir-se a revolução, para, a partir das mudanças econômicas e sociais tirar, definitivamente, Espanha de Cuba. Deve-se ressaltar que o processo de independência das Antilhas deu-se no momento em que o Capitalismo entrava em sua fase monopolista e, durante todo o século XIX, Cuba esteve dependente da economia estadunidense. Isso explica muito das inquietações de Martí ante a política externa norte-americana. O autor tinha em mente duas questões estreitamente vinculadas à mudança do mundo industrial: estávamos adentrando numa nova etapa da história humana para qual a América Latina não estava preparada e, de outro lado, vislumbrava o papel a ser desempenhado pelos Estados Unidos nesse processo.

Martí desenvolveu uma visão peculiar da América Latina. Enquanto a intelectualidade creditava à miscigenação características degenerativas, ele exaltava como elemento da originalidade das Américas. Delinear os contornos de nossa América e exaltar suas peculiaridades revestiu-se de uma ação política à medida que tentava mostrar que nada de natural havia na expansão estadunidense sobre o Sul embasado em argumentos de familiaridade e, tão pouco, de resgate civilizador. Dessa forma, compôs um mosaico da sociedade estadunidense ao mesmo tempo em que empreendeu uma análise das aspirações políticas dos governantes. Mas, que Estados-nação constituiriam, então, *Nuestra América*? A que povos Martí aludia? De seus escritos, podemos inferir que o autor refere-se com essa expressão a Hispano América. De fato, o Brasil pouco é mencionado em sua obra e, em contraposição aos Estados Unidos, é que se compõe a identidade que define essa “entidade imaginada”.

Martí dividiu a história Hispano Americana em três períodos bem definidos: o primeiro diz respeito às civilizações pré-colombianas, período original e autóctone; o segundo refere-se aos quatro séculos de colonização, a tragédia que se abateu sobre a América e, por último, o terceiro período, iniciado com as

lutas pela independência. Dessa forma, ele considerava a independência das Antilhas como desfecho do movimento iniciado no início do século XIX, reforçando a continuidade histórica do processo. O pensador tinha profundo interesse na história dos povos pré-colombianos. Suas narrativas sobre o tema buscavam exaltar a complexidade das organizações sociais bem como sua riqueza cultural. Para ele, a colonização foi uma interrupção da evolução histórica original e gloriosa da civilização americana. Desse encontro, nasceu um povo novo, mestiço. No entanto, “a autoctonia era dada pela civilização interrompida e devastada” (RODRIGUEZ, 2006, p. 43).

Para por em prática os planos independentistas, Martí e os outros compatriotas revolucionários fundaram o Partido Revolucionário Cubano (PRC), instrumento ideológico/organizador da revolução anticolonial. Com características distintas, não tinha fins eleitorais, mas independentistas e sua preocupação constante era impedir o avanço expansionista estadunidense. Martí julgava necessário criar uma sólida unidade, portadora de uma ideologia capaz de catalisar as mudanças sócio-jurídicas. Ademais, Martí tinha em mente as causas do malogro das anteriores tentativas de independência, onde a pouca organização interna do movimento e a falta de apoio externo foram decisivos. A fundação do partido tinha por objetivos centrais, além da organização ideológica/estratégico/militar, legitimar a ação emancipatória bem como angariar apoio internacional. Para isso, a organização do partido era fundamental.

Ao tratar das ambições do PRC, Vega (1995) delineia dois tipos de diplomacia implementados por este. Um, seria dirigir-se aos governos das repúblicas hispano-americanas, o outro, era dirigir-se diretamente aos povos da América. Dessa forma, Martí buscou apoio nas bases populares. Paralelo a isso, o Delegado traçou três planos de ação. O primeiro, de longo alcance, visava conseguir apoio de todos os governos. O segundo, de médio alcance, era conseguir o apoio de alguns governos e, por último, o de pequeno alcance, onde era cogitado o apoio de ao menos um governo, para impedir o isolamento total dos cubanos. Isso mostra a flexibilidade da estratégia martiana em inserir a revolução num contexto internacional pouco favorável. “El estadista maduro que había ya en el político cubano le permitía apreciar con objetividad el peso de los

intereses en la diplomacia y relaciones internacionales (...)” (VEGA, p. 53-54). Nesse contexto, o argumento principal era a defesa contra “el peligro mayor” da América Latina, qual seja, a expansão estadunidense para o Sul. A primeira medida a se tomar era a defesa e independência das Antilhas, “o fiel da balança” entre as duas Américas. “Si quiere libertad nuestra América, ayude a hacer libres Cuba e Puerto Rico” (Martí *apud* Vega, 1995, p. 55)

No *Manifiesto de Montecristi*, Martí dirigiu-se ao povo cubano e esclarece as ações do PRC e as motivações do movimento independentista, apelando para sentimentos nacionalistas ao conclamá-los a luta:

Cuba vuelve a la guerra con un pueblo democrático y culto, conocedor celoso de su derecho y del ajeno; o de cultura mucho mayor, en lo más humilde de él, que las masas llaneras o indias con que, a la voz de los héroes primados de la emancipación se mudaran de hatos en naciones las silenciosas colonias de América; y en crucero del mundo, al servicio de la guerra y a la fundación de la nacionalidad le vienen a Cuba, del trabajo creador y conservador en los pueblos más hábiles del orbe, y del propio esfuerzo en la persecución y miseria del país, los hijos lucidos, magnates o siervos, que de la época primera de acomodo, ya vencida, entre los componentes heterogéneos de la nación cubana, salieron a preparar, o en la misma Isla continuaron preparando, con su propio perfeccionamiento el de la nacionalidad a que concurren hoy con la firmeza de sus personas laboriosa, y el seguro de su educación republicana (MARTÍ, 1972, p.181-182, grifo nosso.)

Na obra martiana, os termos pátria e nação aparecem quase como sinônimos. Como sugere Carvalho (2003), talvez essa tenha sido uma tentativa de diferenciação do conceito particularista de nação, bastante identificado com os meios europeus. Seu patriotismo se consolida sem perder as especificidades do contexto hispano-americano. No entanto, da revisão bibliográfica executada até o momento, é possível inferir que Martí vislumbrava a formação de um Estado-nação cubano, como forma de legitimar a revolução no contexto internacional, garantir a efetiva independência e conter o avanço imperialista do vizinho do Norte.

Ao buscar apoio dos governos hispano-americanos, Martí mostrava uma faceta internacionalista da revolução e, ao lutar pela independência da Costa Rica junto com Cuba, denota o caráter americanista de suas aspirações emancipatórias. Como sugerem Domingos e Martins (2006), longe de serem

conceitos excludentes, como à primeira vista pode parecer, nacionalismo e internacionalismos se complementam e emprestam-se significados.

A faceta internacionalista de Martí reveste-se de valores de respeito e amizade. Por mais que tenha sido um atento observador e conhecedor de seu tempo, compreendendo as dinâmicas das relações internacionais e a crueza do capitalismo e de sua face imperialista, ele era um idealista.

Um Pueblo crece y obra sobre los demás pueblos em acuerdo com los elementos de que se compone. La acción de um país, em unión de países, será conforme a los elementos que predominem em él, y no podrá ser distinta de ellos. Si a um caballo hambriento se le abre la llanura, la llanura pastosa y fragante, el caballo se echará sobre el pasto, y se hundirá en el pasto hasta la cruz, y morderá furioso a quien le estorbe. (MARTI, 2005, p.153)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como processo complexo e postergado nos estudos acadêmicos, a análise dos processos de formação e estruturação dos Estados-nação americanos merece atenção e esclarecimentos, pois muito temos a ganhar com a análise comparativa nos estudos do nacionalismo à medida que, a América é um celeiro de experiências silenciadas pelo colonialismo das ideias que acomete grande parte da intelectualidade latino-americana. A ausência de Martí dos quadros mais amplos da discussão acadêmica brasileira em torno do pensamento social latinoamericano é, a meu ver, consequência da cegueira epistemológica a nós legada pelo colonialismo, aqui compreendido como uma “gramática social” geradora de ausências (SANTOS, 2010).

De fato, como sugere Retamar (2005), “(...) esa carencia de familiaridad no es sino nueva prueba de nuestro sometimiento a la perspectiva colonizadora de la historia que se nos ha imposto, y nos ha evaporado nombres, fechas, circunstancias, verdades” (RETAMAR, 2005, p. 41).

José Martí é um pensador ímpar. Seu legado político, filosófico, poético, revolucionário ainda serve de estandarte para muitos corações zelosos pela liberdade, pela verdadeira emancipação humana. Em uma palavra –

parafreseando a tantos outros: Mestre.

Libertad es el derecho que todo hombre tiene a ser honrado, y a pensar y a hablar sin hipocrisia. En América no se podía ser honrado, ni pensar, ni hablar. Un hombre que oculta lo que piensa, o no se atreve a decir lo que piensa, no es un hombre honrado. Un hombre que obedece a un mal gobierno, no es un hombre honrado. Un hombre que se conforma con obedecer a leyes injustas, y permite que pisen el país en que nació los hombres que se lo maltratan, no es un hombre honrado. El niño, desde que puede pensar, deve pensar en todo lo que ve, deve padecer por todos los que no pueden vivir com honradez, deve trabajar porque puedan ser honrados todos los hombres, y deve ser um hombre honrado. (MARTÍ, 2005, p. 257)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Werner. **O pensamento político e religioso de José Martí.**

Disponível

em:

<http://ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1162403435.74pdf.pdf> .

Acesso em 24 de junho de 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a difusão e a origem do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALAKRISHINAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHINAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARVALHO, José Eugênio de. **América para a humanidade: o americanismo universalista de José Martí.** Goiânia: Editora UFG, 2003.

CIVEIRA, Francisca López. **José Martí (1853 – 1895).** Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas, 1995.

DOMINGOS NETO, Manoel; MARTINS, Mônica Dias. **Significados do nacionalismo e do internacionalismo.** IN: Tensões Mundiais, v.2, n.1, jan./jul., 2006.

DOYLE, Don H., PAMPLONA, Marco. **Nacionalismos no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

GLINKIN, A. **El latinoamericanismo contra El panamericanismo.** Moscou: Editorial Progreso, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780.** - 4 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IANNI, Otávio. **A questão nacional na América Latina.** Estudos Avançados, v.02, nº 01, São Paulo, Jan./mar., 1988. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003 . Acesso em 24 de junho de 2010.

MARTÍ, José. **La edad de oro**. – 2º Ed. - La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1989.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. – 3ª Ed. – Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

MARTÍ, José. **Nossa América**. – 3º Ed. - São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RETAMAR, Roberto Fernandes. Introdução a José Martí. IN: MARTÍ, José. **Nossa América**. -3 Ed. - São Paulo: Hucitec, 2006.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Todo Caliban**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. **Martí e as duas Américas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STRECK, Danilo Romeu. **José Martí & a educação**. Minas Gerais: Autêntica, 2008.

STRECK, Danilo Romeu. **José Martí e a educação popular: um retorno às fontes**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/3oral/trabalhos/GT06-1894--Int.pdf> . Acesso em 24 de junho de 2010.

VEGA, Oscar Loyola... (et. al.) **Cuba: La Revolución de 1895 y el fin del império colonial español**. Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas, 1995.